

Formação de agenda e formulação de políticas públicas sob a ótica do Estudo de Capacidade de Geração de Renda no Assentamento Terra Firme em Uberlândia (MG)

Agenda formation and public policy formulation from the perspective of the Income Generation Capacity Study in the Terra Firme Settlement in Uberlândia (MG-Brazil)

Eduardo Giarola *

Cristiane Betanho * 

Andrea Costa van Herk Vasconcelos * 

Resumo

Este relato de experiência aborda os processos de formação de agenda e formulação de políticas públicas no contexto do Projeto de Assentamento (PA) Terra Firme, em Uberlândia-MG, sob a ótica do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR, 2024). A elaboração e atualização do ECGR (2024), demandada pelas famílias assentadas e realizada por meio de parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MG), tornou-se um instrumento central para evidenciar a situação-problema enfrentada pela comunidade, especialmente em relação à viabilidade econômica do assentamento e às condições de acesso a políticas públicas. O ECGR foi um processo construído de forma participativa, com envolvimento direto das 37 famílias residentes, por meio de rodas de conversa, plenárias, aplicação de questionário e análise de dados. Os resultados evidenciaram desafios estruturais nas dimensões produtiva, comercial e de infraestrutura, bem como a necessidade urgente de políticas públicas de apoio, como crédito, assistência técnica, comercialização e serviços básicos. Nesse sentido, o ECGR não apenas subsidia decisões administrativas, como também fortalece a capacidade dos atores sociais locais na construção de agendas públicas, contribuindo diretamente para a formulação de políticas públicas aderentes às demandas socioterritoriais do assentamento. Este relato, portanto, reafirma a centralidade de processos participativos e de construção coletiva do conhecimento como base para o fortalecimento dos direitos e da cidadania no meio rural.

Palavras-chave: formação de agenda; formulação de políticas públicas; agricultura familiar; assentamento rural; geração de renda.

* Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Gestão e Negócios. Uberlândia, MG, Brasil.
E-mails: eduardog@ufu.br; crisbetanho@ufu.br; andreaherk@ufu.br

Abstract

This experience report addresses the processes of agenda formation and formulation of public policies in the context of the Terra Firme Settlement Project (PA), in Uberlândia-MG-Brazil, from the perspective of the Income Generation Capacity Study (ECGR, 2024). The preparation and updating of the ECGR (2024), requested by the settled families and carried out through a partnership between the Federal University of Uberlândia (UFU) and National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA-MG), became a central instrument to highlight the problem situation faced by the community, especially in relation to the economic viability of the settlement and the conditions of access to public policies. The ECGR was a process built in a participatory manner, with direct involvement of the 37 resident families, through discussion groups, plenary sessions, questionnaire application and data analysis. The results highlighted structural challenges in the productive, commercial and infrastructure dimensions, as well as the urgent need for public support policies, such as credit, technical assistance, marketing and basic services. In this sense, the ECGR not only supports administrative decisions, but also strengthens the capacity of local social actors to build public agendas, contributing directly to the formulation of public policies that adhere to the socio-territorial demands of the settlement. This report, therefore, reaffirms the centrality of participatory processes and collective construction of knowledge as a basis for strengthening rights and citizenship in rural areas.

Keywords: agenda formation; public policy formulation; family farming; rural settlement; income generation.

Introdução

A questão agrária no Brasil é marcada por desigualdades históricas na distribuição da terra e pela persistência de conflitos no campo. Nesse contexto, a reforma agrária, apesar de sua importância social e econômica, enfrentou períodos de paralisação e redução de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, especialmente nos últimos anos. O Projeto de Assentamento (PA) Terra Firme, localizado no município de Uberlândia-MG, no imóvel rural denominado Fazenda Cabaças, insere-se nesse cenário.

Um primeiro Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) foi realizado em 2015 por uma comissão composta por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Àquela época, o estudo apontou a viabilidade de assentar 51 famílias com uma área produtiva média de 6,84 hectares por família, considerando um "modelo alternativo" de produção diversificada e agroecológica, em face do alto custo da terra na região. No entanto, este estudo não chegou a ser totalmente implementado.

O imóvel, em questão, foi adquirido pelo INCRA em 2019, e o PA Cabaças (posteriormente conhecido como PA Terra Firme) foi formalmente criado pela Portaria nº 153 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA em agosto de 2023 (Brasil, 2023), definindo inicialmente a capacidade para 51 famílias. Contudo, um grupo de famílias já ocupava a área há mais de 15 anos, organizadas sob a forma de acampamento. Essas famílias, vivendo em condições precárias e sem acesso pleno a políticas públicas como crédito rural, habitação, educação e saúde, desenvolveram formas de auto-organização, dividiram lotes e construíram residências improvisadas. Elas também acumularam experiências de produção, incluindo práticas agroecológicas.

Diante da defasagem do estudo de 2015 e das significativas mudanças no contexto (revisão dos limites de crédito do INCRA em 2017, crise climática, e a própria experiência acumulada pelas famílias), a liderança do Acampamento Terra Firme solicitou a elaboração de um novo ECGR. Em resposta, a Superintendente do INCRA em Minas Gerais enviou o ofício nº 12306/2024/SR(MG)G/SR(MG)/INCRA-INCRA à UFU, solicitando o estudo para subsidiar a definição de uma nova capacidade para o assentamento.

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFU nomeou, então, uma comissão multidisciplinar pela Portaria PROEXC nº 201, de 27 de março de 2024 (UFU, 2024a), envolvendo professores extensionistas e discentes de diversos institutos e faculdades da UFU, ligados ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) e ao Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA).

Desta forma, o objetivo deste relato de experiência é abordar os processos de formação de agenda e formulação de políticas públicas no contexto do PA Terra Firme, em Uberlândia-MG, sob a ótica do ECGR (UFU, 2024b).

Para um melhor entendimento, a seção seguinte detalha melhor o contexto do estudo, ou seja, a metodologia participativa adotada no ECGR, posteriormente, complementa-se para fins deste relato, a análise das políticas públicas a partir do estudo e os elementos que reforçam sua importância no sentido de formulação e aprimoramento das políticas públicas para o assentamento.

Metodologia aplicada no ECGR

O ECGR para o PA Terra Firme, em 2024, foi construído com base em uma pesquisa participativa. Como abordagem metodológica buscou-se articular teoria e prática, sujeitos e objeto, visando a produção de conhecimento orientado para a realidade específica de um grupo, promovendo, assim, a tomada de consciência e a participação coletiva para a mudança. No contexto do PA Terra Firme, a participação das famílias assentadas foi vista como fundamental para uma conquista emancipatória coletiva.

A equipe elaboradora do ECGR (2024) foi uma comissão técnica multidisciplinar criada pela Portaria PROEXC-UFU nº 201/2024, que contou com a participação de professores, discentes e técnicos da UFU, provenientes de diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Administração, Saúde Coletiva, Agronomia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Contabilidade, Relações Internacionais, Arquitetura, Design e Biotecnologia.

O envolvimento de unidades como o CIEPS e o LAGEA, além do Instituto de Ciências Agrárias (ICIAG), reforçou o compromisso com a extensão universitária, a pesquisa dialógica com a comunidade, a valorização da agricultura familiar e a promoção de práticas sustentáveis.

O processo de trabalho da comissão envolveu reuniões semanais no CIEPS, realizadas de março a julho de 2024, para compilação de dados e reflexões sobre a construção do documento. A pesquisa de campo para a coleta de dados foi iniciada em abril de 2024 diretamente no PA Terra Firme.

A equipe, em colaboração com os agentes sociais do assentamento, organizou momentos para promover a participação do coletivo de trabalhadores e trabalhadoras. Isso incluiu a realização de rodas de conversa e manifestações em plenária. Para entender a dinâmica organizativa, produtiva e de relacionamento da população assentada, foi aplicado um questionário.

Também, foram entrevistadas 37 famílias, responsáveis pelos lotes existentes na área. Para a realização desse momento, os participantes foram separados em três grupos distintos, com base nas experiências produtivas já desenvolvidas no assentamento: produção de hortifrutis; trabalho com pecuária (bovinos, aves, suínos); e produção de quitandas caseiras e outros produtos artesanais.

O objetivo desses grupos foi estimular a reflexão sobre os pontos positivos, desafios, oportunidades de melhoria e áreas prioritárias para a geração de trabalho e renda no assentamento. Concomitantemente, parte da equipe realizou levantamento de dados específicos com as famílias para caracterizar as dinâmicas social, econômica e as condições de vida.

A equipe também realizou observações de campo sobre as condições das estradas, o acesso ao assentamento, produção de hortaliças, criação de animais e a infraestrutura existente. As observações da visita de campo de 6 de abril de 2024 estão compiladas no mosaico da Figura 1.

Para a sistematização e análise dos dados, foram realizadas reuniões semanais entre os membros da comissão. Os resultados foram discutidos semanalmente com a representação do PA Terra Firme.

Foram constituídos subgrupos de trabalho, organizados por área de especialidade, para facilitar os estudos, a saber: questões populacionais e socioeconômicas; organização da agropecuária, perfil dos produtores e características agrárias; georreferenciamento e organização físico-natural da área; e levantamento do potencial e avaliação da situação atual para a geração de renda.

Para a elaboração de mapas temáticos do PA Terra Firme utilizou-se o *software* QGIS e imagens de satélite como fonte de dados. Os mapas de uso do solo e de parcelamento foram atualizados com base na configuração atual da área, mantendo as classes definidas no ECGR de 2015, mas adequando as delimitações à nova realidade. O polígono da área do PA foi georreferenciado para delimitação e recorte das áreas de interesse.

Além dos dados primários coletados em campo, o estudo utilizou fontes secundárias e documentais, incluindo relatórios e estudos de instituições públicas como INCRA (Brasil, 2014; INCRA/MDA/FAO, 2001), PMU (2023), Censo Agropecuário (Brasil, 2017a), Atlas Nacional Digital do Brasil (Brasil, 2017b), e, fundamentalmente, o ECGR da Fazenda Cabaças de 2015 (Brasil, 2015).

Figura 1 - Assentamento Terra Firme



Fonte: Comissão ECGR/UFU (2024)
Organizada pelos autores (2025)

A partir do exposto, este relato passa a fazer reflexões envolvendo as políticas públicas, mais especificamente, seu ciclo no contexto da formação de agenda e suas formulações, para a realidade social estudada.

Políticas públicas sob a ótica do ECGR

A realização do ECGR para o PA Terra Firme, em 2024, emerge como um instrumento central na compreensão dos processos de formulação e acesso às políticas públicas pelas famílias assentadas.

Mais do que um mero estudo técnico, o ECGR se configura como uma resposta institucional a uma demanda social historicamente negligenciada, revelando uma situação-problema profundamente enraizada nas contradições da política de reforma agrária no Brasil.

Embora o PA tenha sido oficialmente criado em agosto de 2023, a ausência concreta de políticas públicas de apoio, como infraestrutura, crédito, assistência técnica e acesso a mercados, colocava em risco tanto a viabilidade econômica quanto a sustentabilidade social e ambiental do assentamento no momento da realização da pesquisa.

O ECGR, nesse contexto, cumpre uma função estruturante no ciclo das políticas públicas, especialmente nas fases de formação de agenda e formulação. Conforme Lotta (2010) e Souza (2006), o ciclo de políticas não é uma sequência linear, mas um conjunto de processos inter-relacionados, atravessados por disputas, interesses e assimetrias de poder.

O caso do PA Terra Firme exemplifica de forma clara como as demandas sociais, quando organizadas e vocalizadas, podem transitar da esfera social para a esfera institucional, ganhando centralidade na agenda pública. A própria solicitação formal do INCRA à UFU para a elaboração do estudo reflete esse movimento: a transformação de uma reivindicação coletiva em um problema oficialmente reconhecido, que exige respostas no âmbito das políticas públicas.

A literatura sobre formação de agenda, especialmente os aportes de Lasswell (1971), Kingdon (2003), Souza (2006) e Secchi (2013), é bastante esclarecedora neste sentido. Esses autores destacam que, para que uma questão social se transforme em problema de política pública, ela precisa ser percebida como legítima por atores governamentais e não governamentais, além de estar ancorada em uma conjuntura favorável.

No caso do PA Terra Firme, a conjuntura foi marcada pela pressão social das famílias, que vivem na área desde antes da desapropriação em 2019, e pela atuação de instituições parceiras, como a UFU, que viabilizaram a construção de diagnósticos e propostas qualificadas tecnicamente.

O ECGR de 2024, portanto, não apenas diagnosticou a realidade socioeconômica, produtiva e de infraestrutura do assentamento, como também cumpriu um papel de formulação, na medida em que gerou informações e recomendações para orientar as decisões do INCRA e de outros órgãos públicos. Segundo a perspectiva de Souza (2006) e Secchi (2013), a formulação de políticas é um processo permeado por interações entre múltiplos atores, estatais e não estatais, que constroem alternativas de ação frente a problemas coletivos.

Esse processo se manifesta claramente na decisão, fundamentada pelo ECGR, de redimensionar a capacidade do assentamento de 51 para 37 famílias, assegurando pelo menos 7 hectares produtivos por família, como condição mínima para garantir a viabilidade econômica, social e ambiental do PA.

O uso de metodologias participativas na construção do ECGR, por meio de plenárias, rodas de conversa e aplicação de questionários, dialoga diretamente com a abordagem multicêntrica das políticas públicas, conforme argumenta Secchi (2013).

Essa abordagem reconhece que a produção de políticas não se dá exclusivamente no interior do Estado, mas envolve uma rede de atores, como universidades, movimentos sociais, organizações comunitárias e órgãos públicos, que, juntos, constroem diagnósticos, propostas e soluções. No caso do PA Terra Firme, o protagonismo das famílias na construção do estudo e na definição das prioridades evidencia essa dinâmica policêntrica.

Ademais, o estudo explicita, ainda que secundariamente, os desafios recorrentes da fase de implementação das políticas públicas, conforme alerta Arretche (2002). A distância entre o desenho formal da política (criação do PA) e sua implementação efetiva é evidente.

As condições precárias de acesso à água, energia elétrica, saneamento, assistência técnica, crédito e mercado revelam a fragilidade da capacidade estatal de operacionalizar as políticas de reforma agrária em sua plenitude. Essa constatação, longe de ser apenas um apontamento técnico, configura-se como uma denúncia qualificada, que busca influenciar tanto a revisão de estratégias institucionais quanto a mobilização social em prol da efetividade das políticas.

Por outro lado, o ECGR também aponta caminhos concretos para a superação desses desafios, destacando o potencial das políticas públicas estruturantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009, 2012)

A inserção dos agricultores nesses mercados institucionais não apenas representa uma estratégia de geração de renda, mas também reforça a função social do assentamento na promoção da segurança alimentar, do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade ambiental. Tal estratégia, contudo, depende diretamente do fortalecimento da organização coletiva, seja por meio de cooperativas ou de associações, e do acesso contínuo a serviços de assistência técnica, crédito rural e políticas de infraestrutura.

Essa dinâmica reforça a concepção de Peters e Pierre (2016), que entendem a governança como o processo por meio do qual atores públicos e privados interagem para produzir políticas e bens públicos. Nesse sentido, o ECGR não apenas subsidia a tomada de decisão por parte do INCRA e de outros órgãos, mas também fortalece as capacidades locais de auto-organização e de reivindicação de direitos, compondo, assim, um arranjo de governança que articula Estado e sociedade na construção de soluções para o desenvolvimento do PA Terra Firme.

Portanto, a experiência relatada demonstra que o ECGR, ao ser concebido como uma ferramenta de formulação de política pública, transcende sua função técnica para se afirmar como um instrumento político, social e pedagógico.

Ele conecta diretamente a realidade vivida pelas famílias às esferas institucionais, promovendo a mediação entre os saberes locais e os requisitos formais do Estado. Ao mesmo tempo, revela que a construção de políticas públicas efetivas e justas exige processos participativos, diálogo interinstitucional e compromisso político com os princípios da reforma agrária, do desenvolvimento territorial e da economia solidária.

Considerações Finais

Este relato apresentou a experiência de elaboração e atualização do ECGR (2024) no contexto do PA Terra Firme, em Uberlândia-MG, enfatizando sua relevância para a formulação de políticas públicas.

A elaboração deste Estudo para o PA Terra Firme em 2024, como atualização do documento de 2015, foi uma experiência enriquecedora que permitiu à equipe da UFU aprofundar na realidade de um assentamento em processo de formalização.

A metodologia participativa revelou-se importante, permitindo que as vozes e experiências das 37 famílias fossem o fio condutor na identificação dos desafios e potencialidades, garantindo que o estudo refletisse suas necessidades e aspirações. O relato também permitiu destacar cinco aspectos que reforçam sua relevância na perspectiva das políticas públicas:

- Demonstra como as demandas e realidades locais trazidas por atores não estatais (as famílias) impulsionam a agenda política;
- Representa um processo de formulação ou reformulação de uma política pública específica (a definição da capacidade e o plano de suporte para o assentamento);
- Utiliza uma metodologia participativa que reflete a abordagem multicêntrica, incorporando as vozes e experiências da comunidade afetada no processo de criação da política;
- Evidencia os desafios da implementação e a necessidade urgente de políticas públicas específicas para garantir a viabilidade e sustentabilidade do assentamento; e
- Fornece subsídios concretos e baseados na realidade para a tomada de decisão por parte do órgão responsável (INCRA).

A experiência evidenciou um profundo descompasso entre a formalização do PA pelo INCRA em 2023 e a efetiva implementação das políticas públicas de suporte, essenciais para garantir não apenas a instalação física, mas também a sustentabilidade socioeconômica e produtiva das famílias. Essas demonstraram notável resiliência e capacidade de auto-organização ao longo de mais de 15 anos de espera, construindo suas moradias e desenvolvendo atividades produtivas mesmo em condições de precariedade.

No entanto, essa situação de informalidade e falta de acesso a direitos básicos não é sustentável a longo prazo e compromete o desenvolvimento do assentamento e a permanência das famílias, especialmente dos jovens. As necessidades identificadas no estudo são claras e requerem ação imediata por parte do Estado e demais Instituições:

- Acesso imediato aos Créditos de Instalação em suas diversas modalidades (habitação, fomento, recuperação ambiental etc.).
- Inclusão imediata em políticas públicas de aquisição da produção, como PAA e PNAE, que oferecem mercado seguro e estruturante.
- Provisão de serviços públicos básicos essenciais na área, como acesso regular à água tratada, energia elétrica, saneamento básico, saúde e educação.
- Disponibilização contínua de assistência técnica e extensão rural de qualidade, orientada para a agricultura familiar, manejo sustentável, agroecologia e gestão (produção, financeira, logística, comercialização).
- Fortalecimento da auto-organização das famílias em formas associativas ou cooperativas para ganhos de escala na produção, comercialização, acesso a crédito e representação política.

A reavaliação da capacidade de assentamento, propondo a formalização e o apoio às 37 famílias já presentes, baseia-se na busca por viabilidade econômica e social e na necessidade de evitar a "minifundização" improdutiva. É fundamental que o INCRA e os demais órgãos envolvidos adotem um modelo que priorize a permanência qualificada das famílias na terra, com acesso efetivo aos direitos, evitando modelos centrados apenas na titulação, que frequentemente resultam na mercantilização dos lotes e na sua reincorporação ao mercado fundiário convencional.

A colaboração entre a UFU, por meio do CIEPS, LAGEA, ICIAG e outros, e as famílias assentadas evidencia o potencial transformador da extensão universitária e da pesquisa aplicada. Esta experiência reafirma o papel da universidade pública na construção de soluções para desafios sociais concretos, especialmente na promoção do desenvolvimento rural sustentável, solidário e centrado na justiça social.

Espera-se que o ECGR contribua de forma decisiva para a implementação urgente das políticas públicas necessárias, assegurando dignidade, trabalho e renda para as famílias do PA Terra Firme.

Referências

ARRETCHÉ, M. T. S. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-5258200200030004>

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun.2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11947.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 Jul.2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7775.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Minas Gerais. **Laudo de Vistoria e Avaliação** – Fazenda das Cabaças, Uberlândia, 2014. [Laudo 06/14]

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estudo acerca da capacidade de geração de renda do imóvel Fazenda das Cabaças no município de Uberlândia (ECGR MG)**. Comissão Executiva do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Intercâmbio Cultural, INCRA / UFU / PMU. Minas Gerais, 2015.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional Digital do Brasil**: atualização. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/#/home Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria n. 153, de 16 de agosto de 2023**. Criação do Projeto de Assentamento denominado Cabaças. Publicado em: 17/08/2023. Edição: 157, seção: 1, p. 34.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. FAO - Food and Agriculture Organization. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro (PDRSTM)**. Uberlândia, 2001.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York, NY: Harper Collins, 2003.

LASSWELL, H. D. **A Preview of policy sciences**. New York, NY, USA: American Elsevier Publishing, 1971.

LOTTA, G. S. **Implementação de Políticas Públicas:** o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre os Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo., 2010.

PETERS, B. G; PIERRE, J. **Comparative Governance:** Rediscovering the Functional Dimension of Governing. Cambridge University Press, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316681725>

PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo **Banco de dados integrados** – BDI. v. 1, 2023. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/banco-de-dados-integrados/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. PROEXC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura. **Portaria PROEXC n. 201, de 27 de março de 2024.** Dispõe sobre a composição da Comissão para um novo Estudo de Capacidade de Geração de Renda para o Projeto de Assentamento (PA), visando a utilização para subsidiar a definição de uma nova capacidade para o futuro assentamento conforme OFÍCIO n. 12306/2024/SR(MG)G/SR(MG)/INCRA-INCRA. Uberlândia-MG, 2024a.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. PROEXC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura. **ECGR:** Estudo acerca da capacidade de geração de renda do Assentamento Terra Firme, no município de Uberlândia-MG [Versão 2024]. Uberlândia-MG: UFU, 2024b.

Recebido em 30/05/2025.

Aceito para publicação em 25/07/2025.